

A Polícia Federal aos 80 anos: balanço acadêmico e possibilidade de agenda de pesquisa nas Ciências Sociais

Andréa Lucas Fagundes
Centro Universitário Cesuca

Arthur Trindade Maranhão Costa
Universidade de Brasília

No dia 29 de março de 2024, o Departamento de Polícia Federal (DPF) completou 80 anos de existência. Durante suas oito décadas o órgão atravessou as mais diversas conjunturas sociais e políticas – da industrialização do Brasil à era das tecnologias – e em muitos momentos ocupou uma posição de protagonismo como instituição policial de excelência. Após a promulgação da Constituição Federal em 1988, o DPF situou-se como peça-chave do sistema de justiça criminal federal, destacando-se no combate ao tráfico internacional de drogas e aos crimes contra a administração pública, e em outras tantas funções judiciárias e administrativas que lhe foram atribuídas após a redemocratização do país.

Apesar de seu já reconhecido protagonismo como instituição do sistema de justiça criminal federal ainda pode-se considerar escassa a produção acadêmica nas Ciências Sociais sobre a Polícia Federal e suas responsabilidades tanto na atuação como polícia judiciária quanto em suas funções administrativas. Fagundes e Pilau (2019) alertaram para a variedade de temas abordados nos trabalhos encontrados e salientaram a “agenda de pesquisa” ainda pouco explorada sobre a instituição no âmbito das Ciências Sociais, principalmente se comparada a instituições como o Judiciário e o Ministério Público. Pode-se afirmar que ainda são relativamente poucos os estudos que se debruçaram sobre o modo de funcionamento, estrutura e operacionalidade, disputas internas e externas, atuação de atores no sistema político, dentre tantos outros temas possíveis de serem discutidos a partir de uma agenda de estudos sobre a Polícia Federal ainda em desenvolvimento.

Ao longo dos últimos 20 anos trabalhos voltados ao início de tal agenda de pesquisa têm trazido contribuição para a discussão nas Ciências Sociais. Os trabalhos iniciais têm mais aderência ao tema desenvolvimento institucional da Polícia Federal, seja a partir de recortes como o seu histórico, sua produtividade (pelas operações realizadas), seu crescimento em efetivo e orçamento, seja por sua relação com os demais órgãos do sistema de justiça.

Rocha (2004), por exemplo, realizou estudo detalhado a respeito do papel da Polícia Federal de 1988 até 2003. No período, o autor frisa os avanços na autonomia do órgão, sobretudo em relação às forças armadas, e salienta a importância de disputas internas à PF bem como dela com outras instituições de *accountability*, como o Ministério Público. Em sentido semelhante aponta o trabalho de Soares (2015), que buscou descrever o longo processo histórico de institucionalização do DPF a partir do seu setor de informações e inteligência, mostrando a ligação entre a instituição e o governo militar.

Arantes (2010, 2011a, 2011b) foi um dos primeiros a salientar a mudança de escala e importância das operações realizadas pela PF a partir de 2003. Em paralelo, o autor sublinha o processo de

fortalecimento institucional do órgão proporcionado por decisões do Executivo, como o aumento de efetivo com continuidade, via retomada de concursos públicos, proporcionando renovação dos quadros. Em publicações posteriores (2015), passou a discutir a atuação da PF e Ministério Público Federal no combate à corrupção e em coautoria, Arantes e Moreira (2019) realizam, à luz do conceito de pluralismo estatal, análise dos arranjos institucionais da Polícia Federal, Ministério Público Federal e acrescentam a Defensoria Pública da União à análise. Mais recentemente, Arantes (2021) discutiu o papel da Polícia Federal entre justiça e política a partir da ampliação da revisão sobre o desenvolvimento institucional.

Os estudos realizados por Costa, Machado e Zackseski (2016a, 2016b) que tratam da investigação e da persecução penal de delitos econômicos no sistema de justiça federal, entre outras instituições, descrevem a estrutura e funcionamento da Polícia Federal e frisam aspectos da organização interna da PF em meio à divisão do trabalho jurídico penal no enfrentamento de tais crimes, analisando a estrutura vigente na instituição até o ano de 2015. A dinâmica da criminalidade organizada no Brasil na primeira década dos anos 2000, a partir da análise das operações da PF foi discutida por Oliveira e Zaverucha (2012). Já Azevedo e Pilau (2018), realizaram estudo que discute o impacto da Operação Lava Jato na Polícia Federal.

Acompanhando estudos de participação de policiais na política, nos últimos anos estudos que abordam a participação de policiais federais em pleitos eleitorais, e a ascensão a cargos no Executivo, têm sido desenvolvidos (Pilau, 2020; Pilau; Engelmann, 2020, 2022). Pilau (2024), em específico, analisa o poder político na Polícia Federal e sua circulação entre a burocracia estatal e a política partidária.

Trabalhos também foram desenvolvidos tendo como objetivo diferentes temas, como: o controle da PF sobre empresas de vigilância (Lopes, 2007); estudo sobre a natureza do trabalho de investigação na PF e o estabelecimento de prioridades de atuação (Cavaleiro, 2015) e um estudo sobre os saberes e práticas do setor técnico-científico, dedicado em especial às atividades de perícia criminal (Besen, 2014). O objeto “guerra às drogas” e a relação entre a PF e as agências de policiamento estadunidenses, especificamente a *Drug Enforcement Administration* (DEA), foi desenvolvido em tese de doutorado (Vilela, 2020).

A respeito da dinâmica interna da instituição, alguns temas voltados à organização, identidade e trabalho também foram identificados (Bajotto, 2009; Silveira, 2014). Em consonância com a temática da relação dos policiais com o trabalho, encontra-se um estudo sobre a relação entre condições de trabalho e suicídio na PF (Souza Filho, 2015). Já disputas entre grupos, em especial entre delegados de polícia e os demais cargos da carreira policial – principalmente agentes –, via representações sindicais, é objeto de análise das relações de poder existentes entre os cargos (Silva, 2018).

O tema da comunicação institucional na PF tem sido explorado por Avanzi (2021a, 2021b) discorrendo sobre a estratégia de comunicação adotada pela Polícia Federal nas mídias sociais.

Como já observado, ainda são escassos os trabalhos nas Ciências Sociais realizados sobre a Polícia Federal. Dentre eles, alguns abordaram a sua atuação no combate à corrupção. A discussão sobre seu desenvolvimento institucional tem sido a base para tal análise de atuação via operações (Arantes, 2010, 2011a, 2011b, 2015, 2019¹, 2021). O desenvolvimento institucional para o combate à

¹ Este trabalho foi desenvolvido com a coautoria de Moreira.

corrupção foi objeto de pesquisa que buscou o entendimento da mudança institucional endógena e a transformação discursiva na Polícia Federal (Fagundes, 2022).

Ademais, muito da produção acadêmica encontrada atualmente em outras áreas do conhecimento foi realizada pelos policiais federais que se dedicaram a pós-graduação, majoritariamente em nível de mestrado, tanto acadêmico quanto profissionalizante, em áreas como as Ciências Sociais Aplicadas, com viés analítico que contempla as políticas, as práticas, os processos, os procedimentos e a atuação da Polícia Federal em diversas disciplinas. Portanto, a grande maioria tem como objeto a análise de práticas organizacionais da PF, principalmente os trabalhos da área de administração pública e engenharia de produção. Há demonstração de apelo desses estudos para discutir os níveis organizacional e operacional da Polícia Federal, num contexto que tende a produzir proposição de melhorias a partir de um olhar “de fora para dentro”, já que tais policiais buscam formação de pós-graduação além da ofertada pela própria PF, por meio da Academia Nacional de Polícia (ANP).

Do ponto de vista metodológico, sabe-se que as Ciências Sociais em geral utilizam-se de diferentes abordagens e estratégias metodológicas para a realização de estudos, o que também se verifica nos realizados sobre a Polícia Federal. Por se tratar de uma instituição policial o acesso a informações, dados, atores, decisões, torna-se um desafio importante no desenho dos estudos sobre a PF, impondo a pesquisadores e pesquisadoras a busca de estratégias metodológicas que viabilizem o estudo dos objetos propostos e em conformidade de com os preceitos científicos.

Portanto, os estudos utilizam metodologias qualitativas, principalmente aqueles que se propõem a entender e analisar o funcionamento policial e as dinâmicas institucionais internas. Tais trabalhos focam na utilização de entrevistas em profundidade, semiestruturadas, e têm como público-alvo delegados, peritos e agentes (ativos ou aposentados) para compreender a transição da PF de uma polícia política (durante a ditadura) para uma polícia judiciária republicana. As entrevistas também focam na percepção de autonomia dos agentes e nos conflitos corporativos internos (como a histórica tensão identitária entre delegados e as demais carreiras). O método de análise mais utilizado é a análise de conteúdo dessas entrevistas.

Outra estratégia qualitativa que vem sendo utilizada por pesquisadores e pesquisadoras é a análise documental institucional, por meio da qual autores e autoras recorrem à análise de relatórios, portarias, regimentos internos, planos estratégicos e discursos oficiais com o objetivo de reconstruir a memória institucional e a narrativa que a própria PF cria sobre si.

A medida que a transformação digital avança, a própria Polícia Federal passa a utilizar de dados e indicadores em suas ações e demonstração de resultados, na busca de fortalecimento institucional e ganho de credibilidade e transparência junto à sociedade brasileira, o que propicia a pesquisadores e pesquisadoras a possibilidade de utilizar análises quantitativas e métricas em seus estudos. Inicialmente a análise estatística de operações e inquéritos utiliza microdados de produtividade (número de operações deflagradas, prisões efetuadas, bens sequestrados e taxas de indiciamento) para mapear a eficiência do inquérito policial federal. Abordagens mais recentes têm feito esforço de cruzamento desses dados por meio de ferramentas de *business intelligence* (BI) para avaliar relações entre o volume de operações e consequências efetivas junto ao Sistema de Justiça Criminal Federal.

A análise de redes sociais tem sido empregada especialmente em estudos sobre o crime organizado, o tráfico internacional de drogas e as redes de corrupção investigadas pela PF. Metodologicamente, pesquisadores utilizam os relatórios finais de inquéritos policiais e dados de Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) para desenhar grafos que revelam a topologia das redes criminais e o *modus operandi* da fiscalização federal.

Cabe ressaltar que vários autores e autoras dedicam-se ao uso de métodos mistos em seus estudos, procurando o complemento entre abordagens, principalmente para a análise da relação entre a PF e o sistema político. Já os estudos que procuram avaliar a instrumentalização da PF têm utilizado a análise de enquadramento da mídia (*Framing Analysis*), por meio de vazamentos seletivos e grandes operações midiáticas. A proposta é realizar o cruzamento da análise qualitativa do discurso dos delegados com dados quantitativos de cobertura jornalística para mensurar o impacto da instituição na opinião pública e na agenda política do país.

Ao contrário da predominância da pesquisa social sobre polícias no Brasil, que foi significativamente concentrada na letalidade e no racismo estrutural das polícias militares, as estratégias metodológicas utilizadas nos estudos sobre a PF permitiram a compreensão de sua atuação como polícia judiciária, como o foco sobre o desvio de recursos públicos, corrupção e lavagem de dinheiro, por exemplo.

Entretanto, inúmeros são os desafios e limites ao estudo da Polícia Federal e à produção científica sobre a instituição, ressaltamos três dificultadores que se apresentam na grande maioria dos estudos: a) as dificuldades de acesso aos dados brutos em função da proteção por sigilo legal à atividade de inteligência e investigação criminal, limitando os pesquisadores/as a analisar o fenômeno *a posteriori* (quando o processo se torna público) ou depender de dados agregados pela própria instituição, comprometendo o controle externo do dado (possível viés metodológico); b) ao entrevistar agentes federais, os pesquisadores/as deparam-se com "discurso institucional formatado", o que dificulta a análise das reais dinâmicas informais, vieses de tomada de decisão e dissidências internas através de entrevistas abertas tradicionais; c) a dificuldade do acompanhamento/observação participante no cotidiano de equipes na operação/rotina de investigações.

Para além dos desafios apresentados, parece-nos que a produção das Ciências Sociais sobre a Polícia Federal ainda carece de maior capilaridade empírica e diversificação de dados independentes. O grande desafio para os/as autores/as reside em formular estratégias metodológicas criativas — como a mineração de dados públicos via Lei de Acesso à Informação (LAI) e análises computacionais de larga escala — capazes de contornar o hermetismo histórico da corporação sem abdicar do rigor analítico e do compromisso democrático.

Nesse sentido, considerando a passagem desta data marcante para o DPF, tomamos a iniciativa de organizar o dossiê "A Polícia Federal brasileira: 80 anos depois (1944-2024)" com o propósito de reunir contribuições acadêmicas e científicas sobre essa instituição policial. O dossiê está estruturado em capítulos com aderência temática sobre o DPF, e busca analisar as múltiplas dimensões que compõem a instituição hoje, explorando desde suas estratégias de comunicação e práticas de controle de fronteiras até sua inserção na política nacional e sua emergência como um respeitado ator internacional, buscando uma integração entre as problematizações produzidas "de fora" e "de dentro" do órgão. A obra conta com trabalhos de pesquisadores e pesquisadoras de universidades e

programas de pós-graduação brasileiros, que tem contribuído para a agenda de pesquisa em desenvolvimento sobre a instituição.

A seguir apresentamos os artigos que integram esta edição especial, oferecendo uma visão abrangente sobre os desafios e as transformações da Polícia Federal ao completar oito décadas:

No artigo “A estratégia de comunicação digital da Polícia Federal: uma análise de conteúdo das redes sociais oficiais”, Carla Avanzi e Cleber da Silva Alves analisam como a PF utiliza as redes sociais como instrumento de fortalecimento institucional e reposicionamento simbólico. A comunicação digital da PF é investigada por meio da análise de conteúdo de postagens em redes sociais (Instagram, Facebook e Twitter), confrontando esses dados com relatórios de gestão oficiais para identificar padrões discursivos. A pesquisa identifica padrões discursivos voltados à valorização de capitais simbólicos e o uso de uma comunicação “positiva” para gerar engajamento direto com o público, afastando-se do tradicional pânico moral frequentemente associado a instituições policiais.

Em “Controlando fronteiras marítimas no dia a dia: as práticas portuárias da Polícia Federal”, Gabriel Patriarca descreve o cotidiano do controle fronteiriço marítimo por meio de trabalho de campo nos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), em que foram realizadas 77 entrevistas com atores públicos e privados, além de aproximadamente 16 horas de observação direta em patrulhas e operações conjuntas, revelando como as ações informacionais, operacionais e normativas da Polícia Federal se adaptam às contingências locais, lidando com limitações de recursos e a complexidade do combate ao tráfico internacional de drogas no modal marítimo.

Lucas Pilau e Fabiano Engelmann problematizam a ocupação de cargos de confiança no Ministério da Justiça por delegados de Polícia Federal entre os anos de 2003 e 2022 no artigo “Polícia Federal e a política brasileira: recomposições no Ministério da Justiça”. Destaca-se o levantamento longitudinal no Diário Oficial da União (DOU), que catalogou 1.028 autorizações de cessão de delegados entre 2003 e 2022 para fundamentar a análise da ocupação de cargos no Ministério da Justiça. Tal análise demonstra um aumento nas cessões desses atores para o alto escalão do governo, evidenciando um deslocamento de funções meramente operacionais para a formulação de políticas de justiça, processo que culminou na nomeação do primeiro delegado como Ministro da Justiça.

Já em “Não vem não Federal, que eu não sou sete de Setembro, mas sou uma grande parada: a vitória política dos Delegados de Polícia Federal na imposição de uma narrativa sobre a história da PF”, Priscila Brandão reflete sobre a construção da memória institucional em torno dos 80 anos da PF. Trabalho desenvolvido a partir de pesquisa qualitativa com policiais federais bem como análise documental, a autora argumenta que a escolha de 1944 como data fundante — em detrimento da reorganização ocorrida em 1967 — faz parte de uma estratégia política dos delegados para desvincular a imagem da instituição da ditadura militar e reafirmar sua autonomia frente às Forças Armadas.

Priscila Villela discute a presença internacional da instituição em “A emergência da Polícia Federal como ator internacional: estratégias e condicionantes”, por meio do exame do processo de internacionalização da PF nos últimos 15 anos. Para tal, foram realizadas entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com delegados e agentes da instituição. O artigo descreve a transição da instituição desde beneficiária de programas de assistência estrangeira para uma promotora ativa de cooperação internacional, destacando a ampliação de adidâncias pelo mundo e a conquista de posições de liderança em órgãos como a Interpol.

No artigo “O protagonismo disputado: a Polícia Federal e a evolução do controle civil de armas no Brasil”, Roberto Uchôa dedica a análise ao papel da Polícia Federal na regulação do mercado legal de armas de fogo. Utilizando-se de modelos teóricos de análise de políticas públicas, como o institucionalismo histórico e o modelo de múltiplos fluxos, para examinar a evolução da legislação de controle de armas e os tratados internacionais de cooperação. O texto traça a trajetória da instituição desde o Estatuto do Desarmamento de 2003, passando pelo desmonte dessas políticas no governo anterior, até a recente centralização do controle de armas de civis na Polícia Federal em 2023, restabelecendo o protagonismo civil sobre o setor.

Ao longo desses 80 anos a Polícia Federal passou e passa por constante processo de ressignificação e disputa simbólica. A escolha de 1944 como marco fundante reflete um esforço para consolidar uma identidade autônoma, buscando desvincular a memória institucional do período da ditadura militar. Essa busca por protagonismo manifesta-se tanto na projeção internacional proativa, quanto na sua afirmação como ator central na formulação de políticas de justiça no país. Contudo, essa imagem de “polícia de elite”, frequentemente reforçada por estratégias inovadoras de comunicação digital, coexiste com os desafios práticos e as limitações de recursos no cotidiano, evidenciando as tensões entre o “espetacular” e a realidade operacional. Em suma, este dossiê demonstra que ampliar a pesquisa e compreender a trajetória da Polícia Federal por meio de estudos acadêmicos é essencial para entender as próprias complexidades da democracia brasileira, na qual a instituição se firma como um pilar, enquanto navega por disputas políticas e institucionais.

Referências

ARANTES, Rogério Bastos. Polícia Federal: entre a justiça e a política. In: RUEDIGER, Marco Aurélio; LIMA, Renato Sérgio de (orgs.). *Segurança Pública após 1988*. história de uma construção inacabada. Rio de Janeiro: FGV DAPP. 2021, p. 95-136.

ARANTES, Rogério Bastos. Rendición de cuentas y pluralismo estatal em Brasil: Ministério Público y Policia Federal. *Desacatos*, n. 49, p. 28-47, sept.-dic. 2015.

ARANTES, Rogério Bastos. Polícia Federal e construção institucional. In: AVRITZER, Leonardo; FILGUEIRAS, Fernando de Barros (orgs.). *Corrupção e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011a, p. 99-132.

ARANTES, Rogério Bastos. The Federal Police and the Ministério Público. In: POWER, Timothy J.; TAYLOR, Matthew (orgs.). *Corruption and democracy in Brazil*. Notre Dame: University of Notre Dame Press, 2011b, p. 184-217.

ARANTES, Rogério Bastos. Corrupção e instituições políticas: uma análise conceitual e empírica. In: 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2010, Recife. *Anais do 7º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*. Recife, 2010.

ARANTES, Rogério Bastos; MOREIRA, Thiago M. Q. Democracia, instituições de controle e justiça sob a ótica do pluralismo estatal. *Opinião Pública*, v. 25, n. 1, p. 97-135, jan.-abr. 2019.

AVANZI, Carla. *#SomosTodospf*. um estudo sobre a estratégia de comunicação da Polícia Federal nas mídias sociais. 2021. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021a.

AVANZI, Carla. Ministério Público Federal e Polícia Federal: uma análise sobre os conteúdos das páginas oficiais no Facebook. *Sociologias Plurais*, v. 7, n. 1, p. 253-275, jan. 2021b.

AZEVEDO, Rodrigo; PILAU, Lucas. Os impactos da Operação Lava Jato na Polícia Federal Brasileira. In: KERCHE, Fabio; FERES JUNIOR, João (coord.). *Operação Lava Jato e a democracia brasileira*. São Paulo: Contracorrente, 2018. p. 101-136.

BAJOTTO, Carolina Cancian. *Polícia Federal: a elite policial traçando identidades e distinções*. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BESEN, Lucas Riboli. *Entre laudos, compostos químicos e máquinas*. saberes e práticas a partir do setor técnico-científico da Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal de Rio Grande do Sul. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

CAVALEIRO, Juliana Carleial Mendes. *Quem estabelece as prioridades?* Um estudo sobre a natureza do trabalho de investigação na Polícia Federal. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; MACHADO, Bruno Amaral; ZACKSESKI, Cristina (orgs.). *A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos*. uma pesquisa empírica no Sistema de Justiça Federal (Tomo I). Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2016a.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; MACHADO, Bruno Amaral; ZACKSESKI, Cristina (orgs.). *A investigação e a persecução penal da corrupção e dos delitos econômicos*. uma pesquisa empírica no Sistema de Justiça Federal (Tomo II). Brasília: Escola Superior do Ministério Público da União, 2016b.

FAGUNDES, Andréa. *A Polícia Federal e o combate à corrupção*. transformação discursiva e mudança institucional endógena. 2022. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

FAGUNDES, Andréa; PILAU, Lucas e Silva Batista. O estudo da Polícia Federal brasileira nas Ciências Sociais. In: 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, 2019, Florianópolis. *Anais do 19º Congresso Brasileiro de Sociologia*. Florianópolis, 2019.

LOPES, Cleber da Silva. *Como se vigia os vigias*: o controle da Polícia Federal sobre a segurança privada. 2007. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

OLIVEIRA, Adriano; ZAVERUCHA, Jorge. A dinâmica da criminalidade organizada no Brasil a partir das operações da Polícia Federal: origem, atores e escolha institucional. *Dilemas*, v. 5, n. 3, p. 423-446, 2012.

PILAU, Lucas. *O poder político na Polícia Federal: entre a burocracia estatal e a política partidária (2002-2022)*. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.

PILAU, Lucas. Elite jurídica, agentes políticos: uma abordagem sociopolítica dos policiais federais eleitos à Câmara dos Deputados (2014-2018). In: Encontro ABCP, 12., 2020, João Pessoa. *Anais..* João Pessoa, 2020.

PILAU, Lucas e Silva Batista; ENGELMANN, Fabiano. Punishment, virtuousness and political renewal: the electoral campaigns of Federal Police officers to the chamber of deputies in Brazil. In: Global Meeting on Law and Society, Lisbon, 2022. *Proceedings..* Lisbon: ISCTE University Institute, 2022.

PILAU, Lucas e Silva Batista; ENGELMANN, Fabiano. Delegados federais e usos políticos do “combate à corrupção”. In: Encontro Anual da Anpocs, 44., 2020. *Anais..*, 2020

ROCHA, Bruno Lima. *A Polícia Federal após a Constituição de 1988*. polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária. 2004. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Antônio José Moreira da. *Fogo amigo (as disputas internas na Polícia Federal analisadas no contexto do debate sobre a reforma das instituições policiais e da investigação criminal no Brasil)*. 2018. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Erechim, 2018.

SILVEIRA, Maria Natália Barboza da. *Delegados da Polícia Federal: profissionalismo e diferenças*. 2014. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

SOARES, Silmária Fábria de Souza. *Entre dados e controvérsias*. a influência dos militares na criação e institucionalização de uma polícia federal brasileira. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

SOUZA FILHO, Walter de. *Relações entre as condições de trabalho e o suicídio na Polícia Federal*. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Direito) –, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

VILLELA, Priscila. *A “guerra às drogas” e a transnacionalização do policiamento estadunidense no Brasil*. as relações entre a Polícia Federal e a DEA nos anos 1990 e 2000. 2020. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Universidade Estadual de Campinas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

Andréa Lucas Fagundes (andrealucasfagundes@gmail.com) é Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora do Curso de Psicologia do Centro Universitário Cesuca. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Direitos, Desenvolvimento, Instituições e Políticas Públicas (NEDIPP/UFRGS).

Arthur Trindade Maranhão Costa (arthurtmcosta@gmail.com) é Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília. Professor do Departamento de Sociologia da UnB. Pesquisador do Núcleo de Estudos sobre Violência e Segurança (Nevis/UnB).